

PROPOSTA DE POLÍTICA ECONÔMICA

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Jornal da Tarde, 16.03.1979

A curto prazo os dois problemas econômicos mais graves que o novo Governo enfrenta são a inflação e a especulação financeira. A médio prazo o desafio fundamental está em alcançar uma melhor distribuição de renda, embora também mereça menção o desequilíbrio do balanço de pagamento. Não considero a obtenção de taxas elevadas de crescimento do produto nacional um problema básico na medida em que a economia brasileira já alcançou um estágio tal que, ao nível da produção, ou seja, da acumulação de capital e da incorporação de progresso técnico, o desenvolvimento já é razoavelmente auto-sustentado. Só deixa de sê-lo se emergem dificuldades na área da circulação (inflação, desequilíbrio financeiro interno, desequilíbrio financeiro externo) e da distribuição de renda.

Para o combate à inflação temos duas alternativas: ou se concede ênfase à restrição na quantidade de moeda e na redução de despesa pública, ou se aumentam fortemente os controles administrativos de preços e se elevem os impostos. Sou francamente a favor da segunda alternativa, embora admita que a primeira deva também ser praticada moderadamente. A inflação brasileira dos últimos anos explica-se muito mais pelo poder de monopólio das empresas do que por pressões de demanda que justifiquem um desaquecimento da economia.

É óbvio, entretanto, que as pressões inflacionárias hoje também decorrem de um crescente desequilíbrio do orçamento federal. As recentes declarações do Professor Gouveia de Bulhões deixaram este fato definitivamente claros. Torna-se, portanto, necessário aumentar com urgência a receita tributária do Estado, alternativa muito mais adequada do que reduzir as suas despesas de investimento, essenciais para o desenvolvimento econômico. A nova reforma tributária, além de contribuir para re-equilibrar o orçamento

público, deve ser uma oportunidade para uma melhor distribuição de renda. Nesse sentido é urgente aumentar o imposto de renda das pessoas físicas e também das empresas. É necessário eliminar uma série de incentivos cada vez mais injustificáveis, e criar impostos sobre heranças, doações e ganhos de capital. E devem iniciar-se estudos para a tributação sobre riqueza aparente.

A distribuição de renda deverá ser ainda levada adiante, do lado da demanda, através de uma política de benefícios sociais. As despesas de consumo social, entretanto, deverão deixar de onerar as folhas de pagamento, passando a ser financiadas com recursos tributários gerais. De lado da oferta será necessário estimular a produção agrícola e a produção de bens de salário.

O financiamento das despesas de consumo social com recursos tributários gerais é essencial para se garantir uma maior criação de empregos, absorvendo produtivamente os excedentes de mão-de-obra existentes. Este objetivo, essencial para uma melhor distribuição de renda, dever ser complementado por uma política de investimentos estatais deliberadamente voltada para criação de mais empregos. Nesse sentido será necessário orientar os investimentos estatais para a área dos serviços urbanos de utilidade pública e a construção de habitações populares.

O financiamento deste programa coloca o problema da reordenação do sistema financeiro nacional. De um lado é necessário reduzir a especulação, de outro é preciso criar mecanismos adicionais para financiamento a longo prazo a custos baixos. Nesse sentido a alternativa de se estimular a poupança privada voluntária parece ter poucas possibilidades. Para isto seria necessário elevar ainda mais as taxas de juros reais, favorecendo fortemente os rentistas em prejuízo dos capitalistas ativos. Ora, além de a poupança privada ter baixa elasticidade em relação à taxa de juros, qualquer política de redistribuição de renda deve prever taxas de juros reais muito baixas (se possível inteiramente negativas) para os rentistas, aliás, como já acontece no plano internacional, em que as taxas de juros para os aplicadores são menores do que a taxa de inflação, e para os depositantes em caderneta de poupança. Sendo este o objetivo, não resta outra alternativa para o financiamento a longo prazo da acumulação pública e privada senão criar novos investimentos de poupança forçada canalizados através dos bancos estatais.

Para os financiamentos de capital de giro a volta do tabelamento das taxas de juros é uma medida que se impõe. Por outro lado é urgente tomar medidas junto ao “open market” a fim de reduzir o volume das operações e o grau de especulação nesse mercado.

As medidas aqui propostas têm obviamente dificuldades políticas na medida em que não pretendem reconciliar o irreconciliável. Os rentistas, a burguesia mercantil especulativa, as camadas médias tecnoburocráticas e as grandes empresas monopolistas nacionais e multinacionais, pela ordem, são prejudicadas em termos absolutos ou relativos. Os beneficiados serão os trabalhadores e alguns setores da burguesia agrícola e industrial. Dados seus compromisso políticos não creio que o Governo que está hoje assumindo o poder tenha condições de realizar a política econômica aqui muito sumariamente proposta. (Jornal da Tarde, 16/03)